



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Joyce Emília Oliveira Claudino

**As políticas de inclusão digital no Brasil e na Argentina (1993-2010): um
estudo exploratório comparativo**

**Viçosa/MG – Brasil
Julho de 2014.**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**As políticas de inclusão digital no Brasil e na Argentina (1993-2010): um
estudo exploratório comparativo**

Joyce Emília Oliveira Claudino

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências para obtenção do título de bacharela em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Alves de Alves (DCS/UFV)

Co-orientador: Prof.^o Dr. ^o Jeferson B. Soares (DCS/UFV)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

FICHA DE APROVAÇÃO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

FICHA CATALOGRÁFICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEDICATÓRIA

À M^a da Piedade Fidelis, M^a Celeste, Luana, Guga e Daniel (*in memoriam*) que são os basilares do meu existir.

No primeiro ano a minha permanência em Viçosa se consolida com a convivência na Equipe de Futsal Feminino da LUVÉ UFV e paralelamente com os/as eternos/as membros da PRXCIS UFV (Empresa Jr. de Ciências Sociais) que constituem as atividades de maior vigor e prazer com dias gloriosos na graduação!!

Na mesma intensidade todos/as os/as amigos/as que tenho e ganhei nesta “*vida louca vida, vida breve*”!!! **(Vida louca vida, Cazuza, 1988)**. Sejam os/as de perto, de longe e os/as *in memoriam*. Dedico a todos e todas essa conquista!!

“Champagne para o ar que é para abrir nossos caminhos (...) Preto e dinheiro são palavras rivais? Então mostra para esses cu como é que faz!!!”

(Vida Loka Parte 2, Racionais MC's, 2002).

“(...)Tim-tim um brinde pra mim, sou exemplo de glória, trajetos e vitórias!!!”

(Negro Drama, Racionais MC's, 2002).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

AGRADECIMENTOS

A cidade de Viçosa por ter aumentando minha resistência ao frio de 5°C na Reta às 22h30, por se tornar um lugar para sempre vicioso e ser aonde cursei na federal, após 3 anos consecutivos de vestibulares, “às Ciências Sociais mãenheee!!”

Aos infinitos cafés “*quente pelando*” com canela regados a uma recepção alegre e calorosa dos/as ótimos/as funcionárias/os da Livraria UFV. Existe uma proposta de me cobrar a canela e fornecer o café de graça no qual fico lisonjeada!

A Prof.^a Dr.^a Daniela Alves de Alves pela oportunidade e o apoio constante desde abril de 2009 quando chegou ao DCS vinda das terras do Sul. Ao Prof.^o Jeferson Boechat Soares por ter atendido imediatamente ao meu pedido de socorro e iluminado esse TCC. Agradeço ao corpo docente e funcionários/as técnicos/as administrativos/as do Departamento de Ciências Sociais/UFV e dos diversos departamentos que percorri pelo auxílio, presteza e gentileza durante essa árdua caminhada.

Por fim, gostaria de registrar minha gratidão a todos os seres que com gestos, palavras, sorrisos, olhares, pensamentos e bela natureza do campus me incentivaram a prosseguir na caminhada quando forças faltaram. Bem para com todas as vibrações positivas, Deuses e Deusas, Orixás e Oxalás, Santos e Santas e tudo que houver de bom neste universo: muito obrigada por tudo!!!

“Não sou de caô, eu sou de rala, merecedor(a) do meu lugar, quem te falou que eu sou marajá, não sabe sonhar, não sabe 1/3 de tudo que eu já passei”
(Não sou de caô, Fundo de Quintal, 2011).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SUMÁRIO

CAPA.....	1
FOLHA DE ROSTO	2
FICHA DE APROVAÇÃO	3
FICHA CATALOGRÁFICA.....	4
DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS.....	6
SUMÁRIO	7
RESUMO.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
Relação entre Sociedade, tecnologia e <i>internet</i>	11
A América Latina e Caribe e as políticas de TICs	14
Os indicadores de TICs na América Latina e Caribe	17
Os Indicadores, políticas de TICs e as Políticas de Inclusão Digital: Um Comparativo entre Brasil e Argentina de 1993 a 2010	19
Os indicadores de TICs e internet no Brasil e na Argentina até 2010 ^[OBJ]	19
As Políticas de TICs no Brasil e na Argentina a partir de 1990 ^[OBJ]	21
As Políticas de Inclusão Digital no Brasil e na Argentina de 1993 a 2010 ^[OBJ]	22
DISCUSSÕES E CONCLUSÕES	26
REFERÊNCIAS	28



RESUMO

A sociedade contemporânea perante os fenômenos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com destaque da *internet*, se vê em constante transformação que atinge seus arranjos econômicos, políticos, sociais e culturais. As mudanças provocadas pelas tecnologias digitais imprimem uma dinâmica que requer instantaneidade, ampliação da extensão e capacidade de armazenamento da informação e do conhecimento por parte dos países que desejam se inserirem na *Sociedade da Informação e do Conhecimento*. Delimitamos a pesquisa ao Brasil e a Argentina por serem os dois países que mais se destacam dentro da América Latina e Caribe nos índices estatísticos sobre a difusão e o acesso às TICs na Sociedade da Informação e do Conhecimento durante o período de 1993 a 2010 na busca por uma comparação exploratória. A fim de perceber quais os elementos emergem neste exercício e contribuir para o debate de políticas públicas de inclusão digital e implicações sociais. Explanamos 31 políticas de inclusão digital nas quais 22 são brasileiras e 9 são argentinas entre os anos de 1993 a 2010. A comparação entre as políticas nacionais de inclusão digital dos dois países em análise permite dizer que o público-alvo e o foco de atuação são distintos. O que torna a hipótese exploratória refutada com a predominância de diferenças de e na implantação de políticas públicas de inclusão digital entre o Brasil e a Argentina.

Palavra-chave: Inclusão digital, políticas públicas, *internet*.



INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea perante os fenômenos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), com destaque da *internet*, se vê em constante transformação que atinge seus arranjos econômicos, políticos, sociais e culturais. As mudanças provocadas pelas tecnologias digitais imprimem uma dinâmica que requer instantaneidade, ampliação da extensão e capacidade de armazenamento da informação e do conhecimento por parte dos países que desejam se inserirem na *Sociedade da Informação e do Conhecimento*.

A atividade humana está fundamentada na comunicação seja entre sociedades *oralistas*, as que dominavam a escrita, seja em sociedades tecnológicas, porém a *internet* trouxe uma peculiaridade fundamental, ela “*é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos para muitos em tempos escolhido e a uma escala global*” (CASTELLS, 2004:16), dessa forma, ela:

“transforma o modo como comunicamos, as nossas vidas vêm-se profundamente afetadas por esta nova tecnologia de comunicação. Por outro lado, ao utilizarmos a Internet para múltiplas tarefas vamos transformando-a. Desta interação surge um novo modelo sociotécnico” (CASTELLS, 2004:19).

A informação passa a ser valorizada como agente estratégico, não só para a acumulação econômica, como também no funcionamento do próprio Estado (MARCIEL, 2001:21-22 *apud* CORREIA, 2011). A capacidade de proporcionar às potências membros da rede¹ em conectar fazendo um uso intenso, extenso e estratégico das TICs e de conectar entre si de modo convergente, onipresente, multimidiático e instantâneo são um desafio para a administração e as políticas públicas (PRINCE e JOLÍAS, 2011). Trata-se, assim, de um momento em que a rede por meio da *internet* modifica a produção, processo e a aplicação da informação baseada em conhecimento e provoca intensa mudança na organização social dos países. Nesse sentido estaríamos vivendo em uma *Sociedade da Informação e do Conhecimento* (CASTELLS, 2004; MEDEIROS, 2010).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

O estudo da abrangência, alcance e das políticas de fomento da difusão e acesso aos sistemas digitais contribui para compreender as implicações sociais das TICs. Nosso trabalho visa a relação estabelecida entre sujeito e tecnologia mediada pelas políticas públicas de inclusão digital nacionais.

Delimitamos a pesquisa a dois países que se destacam dentro da América Latina e Caribe nos índices estatísticos sobre a difusão e o acesso às TICs na Sociedade da Informação e do Conhecimento durante entre os anos de 1993 a 2010. Elegemos o Brasil e a Argentina como os países objetos na comparação exploratória a fim de perceber quais os elementos emergem neste exercício e contribuir para o debate das políticas públicas de inclusão digital e implicações sociais. Não obstante, a semelhança política e geográfica destes países determinara a escolha.

Em nossa proposta usaremos o material documental e dados estatísticos coletados em pesquisas, textos, discussões e teorias produzidas que se ocupam das políticas públicas nacionais de inclusão digital, difusão e acesso nestes países. Advertimos que os dados estatísticos que seguirem nas sessões apresentam variações que estão de acordo com o(s) critério(s) estabelecido(s) pela(s) entidade(s) ou pelo(s) autor(es) responsável(is) por sua(s) elaboração(ões).

Nossa investigação visa mapear as semelhanças e diferenças entre as políticas de inclusão digital vigentes no Brasil e na Argentina. Considerando a inclusão digital como um dos principais desafios para os/as governantes nos próximos anos (PRINCE e JOLÍAS, 2011). Alencar (2008) acrescenta a discussão, os argumentos de Silveira que “hoje, o direito à comunicação é sinônimo de direito a comunicação mediada por computador. Portanto, trata-se de uma questão de cidadania” (p. 272).

Iniciamos a demonstrar os índices alcançados e a descrever as principais políticas e ações a respeito das TICs no continente latino por entendermos que sinalizar as estratégias e o sentido das ações que transcorrem nos países analisados. Em seguida abordaremos as políticas locais do contexto brasileiro e argentino.

Por fim, de forma comparativa, iremos expor as políticas de inclusão digital do período eleito do Brasil e da Argentina a fim de mapeá-las. Apresentaremos os pontos convergentes e divergentes a fim de verificar a hipótese exploratória de que às *políticas de inclusão digital são semelhantes com relação ao público-alvo e diferentes em relação ao foco de atuação?*



Relação entre Sociedade, tecnologia e *internet*

Os efeitos sociais e econômicos associados à expansão do acesso às tecnologias digitais passou a ser relacionada, na literatura, às condições de inserção pessoal na sociedade informacional em posições menos desvantajosas e às condições de desenvolvimento do país. O termo inclusão digital refere-se à relação entre inclusão social e acesso às tecnologias digitais. Segundo esta perspectiva, a posição social e política dos indivíduos dependeria de seu acesso à determinados fluxos de informação, a conhecimentos transmitidos pela educação formal e informal e pelo acesso às tecnologias digitais. (ALVES, 2010: 6)

O desempenho dos atores ao se apropriarem das inovações e ao reagirem de maneira a transformá-la é o que proporciona a sua inovação e a difusão. (CALLON, 2004) Observa-se que toda inovação é o resultado de determinados *enjeux* dos agentes em relação, fusões de interesses, disputas, controvérsias, recrutamentos que vão de uma ponta a outra da rede. (ALVES, 2010:4)

Compreendemos a inclusão digital para além da relação exclusiva entre quem possui ou não acesso às TICs. Adicionamos ao debate os pressupostos de Silveira visto em Alencar (2008:272) que as políticas de inclusão digital consolidam o: a) reconhecimento que a exclusão digital amplia a miséria e dificulta o desenvolvimento humano local e nacional; b) constatação que o mercado não irá incluir na Era da Informação [e do Conhecimento] os extratos pobres e desprovidos de dinheiro; c) velocidade da inclusão é decisiva para sociedade; d) aceitação de que a liberdade de expressão e o direito de se comunicar seria uma falácia se ele fosse apenas para a minoria que tem acesso a comunicação em rede.

Consideramos a expansão do acesso à *internet* e computadores como fundamental, entretanto, a capacidade de um indivíduo ou grupo de acessar, adaptar e criar um novo conhecimento através dessas tecnologias é primordial para auxiliar no processo de inclusão digital e para que se torne um usuário independente. (LÉVY, 1993; WARSCHAUER, 2006; SCHWBARZELMULLER, 2005)

No entanto, apenas o acesso às tecnologias não garante uma inclusão completa, a qual pressuporia o *letramento digital* dos usuários, ou seja, desenvolvimento de uma habilidade voltada para a construção de sentido a partir da pesquisa, filtragem e avaliação de informações eletrônicas. (SILVA *et al.*, 2005) O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

modelo de *letramento digital* significa que os usuários estarão habilitados para utilizar de maneira significativa o computador e a *internet*, combinando, portanto, “equipamento, conteúdo, habilidades, entendimento e apoio social, a fim de que o usuário possa envolver-se em práticas sociais significativas”. (WARSCHAUER, 2006: 64) Assim, a *nova aprendizagem* seria interligada e adequada com a informação, predominantemente *online*, decidindo-se o quê buscar, como e quando de busca desta informação.

O papel da Educação, para CASTELLS (2004), é de reformular e adequar seu sistema para essa ferramenta de grande aplicabilidade, tendo em vista que a economia mundial e a organização social estão se reorganizando em rede.

As políticas e programas de inclusão digital que visam o acesso às tecnologias digitais, muitas vezes, são ou estão incumbidas de promover a inclusão social, pelo destaque dado ao potencial de geração de conhecimento, de participação social e de oportunidades de inserção social indistinta. Ainda mais em países marcados historicamente por “acentuados e crescentes processo de exclusão social e de assimetrias frente à globalização econômica” como da América Latina e Caribe. (CORRÊA, 2007; MATTOS e CHAGAS, 2008) CORRÊA (2007) pontua que a relação entre inclusão digital e exclusão social é ambivalente e no imaginário social vige que a difusão das tecnologias digitais gera como resultados a inclusão social culminando na inversão da relação de causa e efeito.

A inserção da América Latina e Caribe na era da *Sociedade da Informação e Conhecimento* exige uma postura mais ativa dos países, por meio de políticas públicas, que tenham como característica a diversidade, tanto no que tange aos grupos e/ou setores em seu foco. Os governos são atores importantes no processo de fomento de políticas públicas nacionais de inclusão digital perceptíveis nos países como Sri Lanka, Inglaterra, Portugal, Coreia do Sul e França. (CORRÊA, 2007) As políticas de inclusão digital não são frutos de iniciativas abstratas e instituem-se por “lutas, pressões, conflitos e interesses expressos por grupos e classes que constituem a sociedade” (DURLI, 2008:38) embora sejam originárias e legitimadas no Estado.

Em LÉVY (1993) a potencialidade de *internet* é justamente o fato de ser uma tecnologia aberta para novas conexões imprevisíveis, que pode transformar de forma radical seu significado e usos planejados inicialmente.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

“As redes sociotécnicas transcendem o campo da informática e se vinculam ao cotidiano social a partir de redes sociais, lojas on-line, aparatos burocráticos do governo, televisores interativos, utensílios domésticos high tech, rastreamento via satélite e todo o tipo de informações digitais e equipamentos tecnológicos que além de influírem definitivamente na esfera da comunicação, tornam-se cada vez mais presentes na esfera econômica, política e cultural” (ALVES,2011: 96)

A *internet* encontra-se no epicentro do modelo sociotécnico atual de organização e como o processo de desenvolvimento global é desigual, ela seria a demonstração mais “dramática da infoexclusão”. A *internet* se anuncia como meio de se alcançar a liberdade, a produtividade e a comunicação ao mesmo tempo em que promove uma infoexclusão devido às desigualdades de acesso. (CASTELLS, 2004) Corroboramos a ideia de que a posição social e política dos indivíduos dependeriam de seu acesso a determinados fluxos de informação, a conhecimentos formal e informal e pelo acesso às tecnologias digitais.

Abordagens mais críticas a respeito da inclusão digital questionam tanto seus objetivos, explícitos ou implícitos, como seus efeitos para a inclusão social de grupos subalternos na economia ou na política. Cazeloto (2008) considera que os programas sociais de inclusão digital ao contrário de dismantelar a distribuição de riquezas e privilégios associados ao acesso às tecnologias informacionais, promoveriam uma inclusão subalterna à *cibercultura* em que os grupos sociais são treinados em tecnologias criadas por outrem para utilizá-las em atividades repetitivas e não enriquecedoras. O objetivo essencial destas políticas seria sanar a demanda dos interesses hegemônicos por profissionais escolarizados e treinados nas tecnologias informacionais (DURLI, 2008), além de expandir o mercado consumidor de produtos de informática e tecnologia. Esta expansão das TICs ao invés de reduzir a pobreza e a desigualdade, as aumentaria, na medida em que logo que um produto é incorporado na vida econômica e social ele é acessível primeiro as classes ricas, aumentando as vantagens comparativas em relação aos mais pobres. Segundo a crítica o dano social só poderia ser amenizado com a universalização do acesso as TICs.

Perspectivas mais otimistas afirmam que as TICs melhoram a relação custo e benefício das comunicações horizontais estabelecidas em rede (WARSCHAUER,



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

2006). Neste sentido, a *internet* poderia atuar como ferramenta política direcionada para o desenvolvimento da sociedade civil. Para alguns autores, a valorização da autonomia no uso do computador e da *internet* ganha contornos de resistência e contra hegemonia, por tratar-se de uma forma de inclusão emancipatória (BUZATO, 2008). Isto é contestado por autores como WOLTON (2004) para os quais a *internet* ainda não teria entrado no campo do político.

Segundo WARSCHAUER (2006) para haver inclusão digital de fato é preciso prever nas políticas e programas de inclusão digital dispositivos que permitam ampliar o poder e o controle dos indivíduos sobre essas tecnologias. De tal forma que a inclusão seja emancipatória, constitua a valorização da autonomia no uso do computador e da *internet* (BUZATO, 2008). Pressupomos que a inclusão socioeconômica será tanto mais qualificada quanto mais esta inserção for a termos de competências desenvolvidas e de autonomia para utilizá-las.

Segundo SILVEIRA (2003) o maior desafio das políticas públicas de inclusão digital é o envolvimento democrático tanto das esferas governamentais como das comunidades locais. As políticas necessitam ultrapassar o fornecimento de estrutura física - *hardwares* - e estrutura lógica - *softwares* - e desenvolver metodologias que suscitem um uso mais emancipatório, autônomo, apropriado e cidadão das TICs.

A América Latina e Caribe e as políticas de TICs

O uso intensivo, inclusivo e eficaz das TICs requer a formulação e implementação de estratégias abrangentes por parte dos Estados diante da (re)configuração dos vários setores promovidos pela *internet*. Levantamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2010) no período de 1998 a 2008 mostram que a *brecha digital* global permanece durante uma década, por mais que o estudo tenha considerado os investimentos realizados pelos países latinos frente à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O conceito de *brecha digital* é:

“La difusión de las TIC no ha estado exenta de inconvenientes, lo que ha ido perfilando una nueva forma de exclusión, denominada “brecha digital”, capaz de ampliar la distancia que separa regiones y países (la brecha digital internacional) y grupos de ciudadanos de una sociedad (la brecha digital doméstica). Así, la llamada “oportunidad digital” para el desarrollo y avance de la



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

economía y la sociedad, puede convertirse fácilmente en una amenaza, y es en este ámbito donde las políticas públicas se hacen indispensables” (CEPAL, 2005:10).

Os índices do relatório do BID 2010 mostram que entre 1998 e 2008 o número de assinantes de *internet* na América Latina e Caribe (ALC) cresceu de 0,8% para 6% a cada 100 habitantes e na OCDE houve um crescimento de 4,7% para 27,3% a cada 100 habitantes, respectivamente. A *brecha digital* em 2008 entre ALC e OCDE tem o nível recorde de 20,4% assinantes por cada 100 habitantes (BID, 2010).

A *internet* banda larga fixa na ALC em 2002 era zero e alcança 1,9% em 2008 ao passo que na OCDE em 2002 tem 0,03% e passa a 29,7% em 2008. Entretanto, esse tipo de *internet* na previsão de especialista irá despontar e expandir em um intervalo menor que as demais formas de *internet* na América Latina e Caribe (BID, 2010).

Na telefonia móvel a brecha amplia gradualmente até o início dos anos 2000 em que as taxas de expansão na América Latina disparam exponencialmente e saem de 3,4% para 86,3% em 2008. O acesso ao computador de mesa em 1998 é de 5,5% a cada 100 habitantes passando para 11,3% em 2006 enquanto que na OCDE ultrapassa em 2006 os 54,4% a cada 100 habitantes (BID, 2010).

Nos países desenvolvidos na década de 90 se fez presente a *Sociedade da Informação* na pauta da agenda nacional visando à transição como, por exemplo, a Estratégia Nacional do Japão (E-Japan) (CEPAL, 2005). Os objetivos das políticas públicas nos países desenvolvidos são por um lado voltados para promoção do uso das TICs na economia e na sociedade e pelo outro para o seu desenvolvimento. Que resultam, em geral, em duas estratégias a que visa no que tange a economia ações descentralizada em vários ministérios e a que visem às políticas de apoio as TICs serão ações centralizadas (CASABURI *et al*, 2000). Na América Latina e Caribe a partir dos anos 2000 acontecem diversas conferências, reuniões e encontros internacionais sobre o tema. Os desdobramentos apontam para a necessidade dos países latinos de integrarem-se a Sociedade mundial da Informação [do Conhecimento] de forma rápida e benéfica para seu desenvolvimento, de modo especial o econômico, tendo em vista estratégias baseadas em aspectos nacionais



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

e regionais e de [criação de uma] base sólida [para sua inserção neste novo cenário] (CEPAL, 2005).

Consideramos que políticas públicas de caráter social “*resultam do conflito social e da correlação de forças entre distintos grupos sociais que nele intervêm*”. Portanto “*não podem se desobrigar dos comprometimentos com as distintas forças sociais em confronto*”, na medida em que “*são mediatizadas pelas lutas de pressões e conflitos entre elas*” (DURLI, 2008: 21).

Nos países em desenvolvimento é essencial a existências de políticas públicas de inclusão digitais por se aplicar em contexto distinto dos que são modelos de implementação como nos países desenvolvidos. As consequências da adoção das TICs não são homogêneas e devem considerar as peculiaridades e singularidades dos locais em que se aplicam, bem como, considerar as desigualdades latentes que reagem diante das TICs (LOPES, 2007).

Observa Medeiros (2010) que se o público-alvo interno for apenas à parcela mais rica da população sem haver uma difusão da *internet* em larga escala o uso criativo, [a apropriação] da ferramenta e a produção de conteúdos nacionais pouco as políticas digitais conseguiriam contribuir para uma atuação ativa de seu país no cenário internacional.

Os efeitos da não adoção das TICs em termos de eficiência e produtividade tem um grau de intensidade que interfere [diretamente] na existência de uma organização perante competitividade internacional constante (ANTONELLI, 2003 *apud* LOPES, 2007). Dessa forma, o Estado é chamado para o debate sobre as políticas de inclusão digital pelas novas configurações do tecido mundial frente aos impactos provocados pelas TIC's na organização social das nações e responde às demandas e pressões internas.

Os internautas na América Latina e Caribe tem um crescimento 350,5% de 2000 para 2005, atinge 18,8% em 2006 e alcança 36,2% em 2011 (NAZARENO *et al*, 2006; AMÉZQUITA, 2009; PRINCE e JOLÍAS, 2011). Sendo índice relativamente baixo se comparamos com as demais regiões no cenário internacional durante os últimos dez anos. Os dados internos revelam que o Chile (23,8% [2002]; 25,2% [2006]), Argentina (10,9% [2002]; 20,9% [2006]) e o Brasil (8% [2002]; 22,6% [2006]) lideram os principais indicadores até o ano de 2007 no continente (AMÉZQUITA, 2009).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Os indicadores de TICs na América Latina e Caribe

A pesquisa sobre a América Latina e Caribe na Sociedade da informação de AMÉZQUITA (2009) de 2000 a 2007 reúne os principais indicadores mundiais sobre as TICs nos países latinos. Permite localizar o continente no cenário mundial, de forma comparativa e concentra-se em mapear os países latinos na difusão, acesso e infraestrutura a nível nacional e empresarial às tecnologias digitais.

A taxa de difusão da *internet* em 2002 nos países desenvolvidos era de 42% e atinge 58,2% da população em 2006, enquanto que nos países em desenvolvimento era de 4,1% e chega a 9,7% da população em 2006. (AMÉZQUITA, 2009) Os dados evidenciam as dimensões da *brecha digital* e fato de que a América Latina e Caribe ser majoritariamente formada por países em desenvolvimento seus índices são baixos e se agravam ao aprofundarmos para as áreas rurais.

Dados sobre os usuários da *internet* de 2002 a 2006 na América Latina e Caribe mostram em 2002 a média latina foi 8,2 % e o Brasil alcança 8%. Em 2006 a Argentina atinge 20,9% ao passo que a média foi 18,8%. (*Ibidem*)

A *internet* banda larga fixa de 2002 a 2006 tem uma média de assinaturas a cada 100 habitantes na América Latina e Caribe de 2,6% (2005). A liderança é chilena com 1,3% (2002) e 5,9% (2006). O Brasil passa de 0,4% para 3,1% em 2006. Já a Argentina com 0,3% em 2002 atinge 4% em 2006. (*Ibidem*)

Há uma disparidade na telefonia móvel por assinatura na comparação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento em 2006, os países desenvolvidos alcançam 90,8% da população enquanto que nos países em desenvolvimento apenas 29,5% da população. (AMÉZQUITA, 2009)

No “*Panorama de la Sociedad de La Información en América Latina y Caribe (2000-2007)*” de 2002 a 2006 a ALC foi impulsionada pelos índices de assinatura do Chile, Brasil e Argentina que contribuem para alavancar a média do continente em 2006 para 53% (ONU/UNCTAD, 2007). Observamos que no Brasil e na Argentina ocorre uma larga expansão de assinantes e atingem índices de 52,9% e 80,5% em 2006, respectivamente.

De acordo com a União Internacional de Telecomunicações (UIT) 2007 a média de posse de computadores da região latina em 2000 era de 4 pessoas a cada 100 habitantes e em 2005 passa a ser 5,4 pessoas. A liderança é do Chile (15 pessoas) seguido por Brasil (11 pessoas), México (11,9 pessoas) e Argentina (9,7 pessoas) ao final do período.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

O Chile lidera a região com destaque na difusão de *internet*, computadores pessoais, capacidade global de cidadãos de acesso, uso e benefícios do desenvolvimento das TICs, sensibilidade para o mercado da *internet* e o uso e aplicação da *internet* no serviço público (Governo Eletrônico, *E-gov*). O Brasil se destaca na penetração a nível empresarial no acesso à *internet*, mercado eletrônico (*B2C – business to cliente*), uso da LAN empresarial (rede de uso local), instituições financeiras que oferecem transações *online* e no processo de integração de negócios e competitividade no teletrabalho (AMÉZQUITA, 2009).

O Continente Latino apresenta um baixo nível de desenvolvimento das TICs e alguns países não modificam seu desempenho ao final do período analisado. A explicação deve-se à estreita relação entre o nível de TICs e o Produto Interno Bruto (PIB) e os destaques latinos são: o Brasil que cai seis posições e a Honduras sobe doze posições no ranque em 2007 (AMÉZQUITA, 2009). Os países em desenvolvimento apresentam taxa de crescimento maior que os países desenvolvidos na distribuição mundial de usuários (NAZARENOS *et al*, 2006). A ALC em uma década crescer 1.034% em número de usuários e pula para 36,2% do acesso a rede mundial de *internet* (PRINCES E JOLÍAS, 2011) sem que esse crescimento permita considerarmos que a *brecha digital* esteja superada.

O *bloco líder* da região é formado por Chile, Brasil, Argentina e México, seguidos pelo o *bloco médio* com Colômbia, Peru e Venezuela e o *bloco* com os menores índices de penetração das TICs constitui por Bolívia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e outros.

Em linhas gerais a difusão da TICs na ALC sofre expansão a partir dos anos 2000, com destaque para a *internet*, telefonia móvel e as transações bancárias *online*. A nível empresarial os índices de adoção de TICs são baixos e se tem pouca informação. Contudo, verifica-se que as empresas enfrentam dificuldades em implementar as tecnologias digitais pela falta de ciência a respeito dos benefícios potenciais do uso, acesso e investimento que podem ser gerados (AMÉZQUITA, 2009) no mundo *online*.

Por fim, assinala Amézquita (2009) que a *brecha interna ou doméstica* na ALC se caracteriza por uma ampla heterogeneidade entre os países nos quais existem os que possuem altos níveis de difusão de TICs e outros baixos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Os Indicadores, políticas de TICs e as Políticas de Inclusão Digital: Um Comparativo entre Brasil e Argentina de 1993 a 2010

No contexto do Brasil e Argentina as telecomunicações se destacam na convergência das tecnologias de informação e divulgação (*broadcasting*), comunicação (TCP/IP, *Word Wide Web* e telefonia celular), e soluções (computadores) que entrelaçadas configuram as TICs a partir de 1990. Gera um impulso para corrida de inserção na era *Sociedade da Informação* nestes países e no decorrer do tempo contornar uma atividade economicamente indispensável e que permitirá e exigirá uma infraestrutura básica nos países da América Latina e Caribe (CEPAL, 2005).

Explanaremos os índices, as políticas de TICs e as políticas de inclusão digital a partir da chegada da *internet* para explorarmos como ocorreu o processo de inserção das tecnologias digitais. Por último os elementos que emergiram ao compararmos as políticas de inclusão digital dos países, evidenciando as características de semelhança e diferenças entre elas.

Os indicadores de TICs e internet no Brasil e na Argentina até 2010

O panorama brasileiro e argentino de penetração das TICs na Sociedade da Informação e do Conhecimento de 2000 a 2010 foi o que os inseriram no *bloco líder* da América Latina e Caribe (AMÉZQUITA, 2009). A chegada da *internet* no Brasil foi em 1995 e na Argentina em 1993 configurando o ponta pé neste cenário.

A seguir apresentaremos os índices nacionais de usuários e de acesso à *internet*, *internet* banda larga, computador e ao telefone móvel. Os usuários de *internet* em 2000 são apenas 5,8%, chegando a 37,7% da população nacional conectada à rede mundial em 2011 (NAZARENO *et al*, 2006; PRINCE E JOLÍAS, 2011). Entre 2000 e 2010 o uso da *internet* em domicílio substitui o acesso na *Lan House*, após um longo período de liderança, que permitia um uso restrito de tempo e de apropriação das TICs (CGI.BR, 2012). Do lado argentino os usuários de *internet* em 2002 são 4,1% e alcança 66% da população nacional conectada à rede mundial em 2010 (PRINCE E JOLÍAS, 2011). Nota-se que durante o período os índices argentinos de internautas em rede ultrapassam a metade de sua população, fato este, que a coloca na posição de liderança e acima da média apresentada na ALC.

A *internet* banda larga fixa na Argentina em 2002 tem 0,13% e alcança 0,48% das assinaturas em 2005 e no final de 2010 atinge 4,3% da população. A *internet*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

banda larga móvel em 2008 tem 0,2% e alcança 1,4% em 2010 (PRINCE E JOLÍAS, 2011). No Brasil a *internet* banda larga fixa em 2002 tem 470 mil usuários. O país possui a liderança da região, alcançando 6,7% das assinaturas em 2005 (NAZARENO *et al*, 2006) e atingindo 68% no final de 2010 (TICs DOMICÍLIOS, 2012). Demarca o ano de 2011 a ultrapassagem do acesso discado pela banda larga fixa (TICs DOMICÍLIOS, 2012). Cabe ressaltar que na *internet* Banda Larga Móvel na Argentina apresentam índices altos e maiores do que a Banda larga fixa e no Brasil se tem pouco acesso o que se deve, em parte, ao modelo de celular e a baixa oferta deste serviço associados aos custos exigidos.

O acesso ao computador de mesa em 2005 era de apenas 17% da população e atingiu 35% em 2010. O computador portátil em 2008 tem 10% e alcançou 23% população brasileira em 2010 sendo uma aquisição recente e com custo alto. Aproximando os índices de acesso à *internet* e ao computador de mesa constata-se que ainda há um descompasso entre ter o computador (45%) e acesso à *internet* (38%) em 2010 (TICs DOMICÍLIOS, 2012). O computador de mesa em 2002 é utilizado por 3,8% da população, em 2005 alcança 5,2% e atinge 11,8% em 2010. O computador portátil em 2002 tem 7% de uso, passa para 8% em 2005 e alcança 50% população argentina em 2010 (PRINCE e JOLIAS, 2011).

Interessante perceber que os sujeitos argentinos acessam e usam mais expressivamente as tecnologias móveis com desta para a *internet* banda larga móvel e os computadores portáteis.

Por fim, a telefonia móvel na Argentina por assinatura em 2002 atinge 6,6% da população, 18,3% em 2005 e salta para 39,5% em 2010. (PRINCE e JOLIAS, 2011) No Brasil telefonia móvel por assinatura era utilizada por tem 9,1% da população em 1999, atinge 32,6% em 2005 e salta para 86% em 2010. (NAZARENO *et al*, 2006; CTIC, 2012) Cabe salientar que a diferença entre o pré-pago (insere crédito) e o pós-pago (plano de assinatura mensal) apresenta pouca diferença e o plano de assinatura permanece pouco acessível a grande parte da população brasileira.

A *brecha interna* brasileira é maior e mais profunda ao relacionar com renda, cor e/ou raça, gênero e região geográfica (FGV, 2012). As desigualdades regionais são um desafio para a posse e o uso das TICs no país. Os estados mais ricos e mais urbanizados possuem a maior grau de inclusão digital e nos estados mais pobres



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

e com zonas rurais mais empobrecidas encontram-se na faixa de 8% a 10% de uso e acesso à *internet* no país (CETIB.BR, 2012; MATTOS e CHAGAS, 2008).

As Políticas de TICs no Brasil e na Argentina a partir de 1990

No Brasil a Lei da informática (1984), Lei dos *Softwares* (1998) e Lei Geral das Telecomunicações (1997) constituem as principais características do tipo de Sociedade da Informação que será adotado e os desdobramentos para as políticas de inclusão digitais brasileiras.

A inclusão digital está presente na Constituinte de 1988, artigo 219 no qual viabilidade do *bem-estar* da população ao acesso a ciência e tecnologia abarcaria a garantia da *internet*. (Bachara *apud* MEDEIROS, 2010)

A universalização das TICs é declarada uma prioridade do Estado brasileiro durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Os resultados foram: a) abertura de mercado dos serviços de telecomunicações, com foco na telefonia, e na expansão do setor e a criação de um órgão regulamentador; b) a primeira política pública do governo federal foi o Programa de Nacional de Informáticas nas Escolas (*ProInfo*) uma política descentralizada que oferece a estrutura física (*hardware*) e lógica (*software*), bem como, recursos digitais e conteúdos educacionais.; c) o Programa Sociedade da Informação (*SocInfo*) em 1999 com a finalidade de planejar ações, que demarcam as discussões sobre a *internet* no país no que tange ciência e tecnologia, economia e social e inovação. Suas ações geram o Livro Verde da Sociedade da Informação e o Livro Branco da Sociedade da Informação e outras atividades fins (MEDEIROS, 2010).

Prince e Jolíás (2011) dividem em três grandes fases o processo de inclusão digital na Argentina a partir de 1984, sendo o primeiro caracterizado por ações voltadas para o mercado, com a expansão das telecomunicações e políticas de difusão e acesso as TICs com uma diversidade de público alvo e focos de atuação⁵ (*etapa de mercado*), especialmente serviços digitais públicos e privados. O segundo momento é durante a crise econômica de 2001 (*etapa de transição*) que gera condições de enfraquecimento e retardo para a inclusão digital via mercado, tornando o cybercafé o principal espaço de acesso (44%); e o terceiro momento, a partir de 2004, requer do Estado ações voltadas para os três níveis, como agente regulador e fomento de políticas de inclusão digital (*etapa de políticas*).



As Políticas de Inclusão Digital no Brasil e na Argentina de 1993 a 2010

As políticas públicas voltadas para área de inclusão digital do Brasil e da Argentina ganham força na agenda nacional se fazendo presente no discurso de seus representantes de Estado. As TICs são condições necessárias, mas não suficientes para o processo social e político para desenvolver a sociedade do conhecimento (PRINCES E JOLÍAS, 2011).

Mapeia MEDEIROS (2010) 22 políticas de inclusão digital brasileiras de 1997 a 2010:

As políticas de inclusão digital brasileiras (1997-2010)



Elaborado pela autora (2014).



Em IBÁÑEZ *et al* (2002) encontramos 8 políticas de inclusão digital e 1 política em CONECTAR IGUALDAD (2014) entre 1998 a 2010 na Argentina:

As políticas de inclusão digital argentinas (1998-2010)

Fonte: IBÁÑEZ *et al* (2002) CONECTAR IGUALDAD (2014)



Elaborado pela autora (2014).

Após breve explanação das políticas de inclusão digital faremos algumas alegações sobre as características convergentes e divergentes entre Brasil e Argentina. Em ambos os países a *internet* requer como pré-requisito o acesso ao computador e aos serviços de conexão que apresenta um alto custo a população. Os índices de acesso nacionais alcançados são constituídos por grupos de maior renda, em contrapartida, para os grupos com menor renda e nos países em desenvolvimento é um bem escasso durante boa parte do período em análise.

A inclusão digital se apresenta fortemente atendida na Argentina na área da Educação a partir de 2010. Com destaque para o Programa *Conectar Igualdad* que visa a difusão do acesso e uso das TIC com a distribuição de 3 milhões de *notebook* para estudantes de escolas públicas da educação secundária (entre 13 e 17 anos), da educação especial e para os estudantes dos últimos anos dos Institutos Superiores de Formação Docente nas Universidades Estatais. Esse programa se utiliza de aulas digitais com o *notebook* para superar o modelo de laboratório de informática considerado obsoleto no país (CONECTAR IGUALDAD, 2014).

As ações brasileiras nesta área objetivam a digitalização da escola pública básica das áreas urbanas e a partir de 1997 com o programa *ProInfo* cuja a finalidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

era capacitar os estudantes nos usos técnico e pedagógicos das TICs. Algumas ações complementaram a inclusão digital ao promover a *internet fixa* no espaço escolar brasileiro.

A adoção dos *softwares* livres é compartilhada em ambos países apesar de acontecer em momento distintos. No Brasil se faz pelo programa *ProInfo* (1997) e vai ser incorporada na Administração pública a partir de 2003 com a constituição do Comitê Executivo do Governo Eletrônico. Na Argentina houve a proposição da *Ley Dragan* em 2002 que foi rejeitada e dois anos depois aprovam uma nova lei com o mesmo objetivo no Congresso e que não encontramos a decisão a esse respeito em nossa pesquisa. Entretanto, o Programa *Conectar Igualdad* adota e promove o uso de *softwares* livres nos equipamentos distribuídos. Tais políticas incitam a participação de seus usuários em *softwares* livres não apenas para suprir a demanda do mercado de trabalho (com destaque ao caso brasileiro), mas também na colaboração e criação de novos programas com a intenção de melhorar o uso das TICs; como consequência, propicia uma maior democratização no uso do ciberespaço, possibilitando um maior grau da autonomia e/ou graus de liberdade no uso dos *softwares*⁶. Entre os analistas de políticas digitais existe a consensualidade em torno da importância e do estímulo ao desenvolvimento de tecnologias locais, valorizando sua economia e os seus saberes. (HETKOWSKI & SANTOS, 2008: 69)

O público-alvo no Brasil são os indivíduos de baixa renda, setores profissionais (MEDEIROS, 2010), estudantes do ensino público básico e cidadãos em geral e já nas políticas argentinas são os estudantes do ensino público secundário e técnico, professores, os indivíduos de baixa renda, cidadãos em geral, instituições de formação de professores e deficientes físicos. (IBÁÑEZ *et al*, 2002; CONECTAR IGUALDAD, 2014)

O foco de atuação das políticas argentinas são as escolas de ensino secundário, secundário técnico, ensino especial e bibliotecas públicas, (IBÁÑEZ *et al*, 2002; CONECTAR IGUALDAD, 2014) e do lado brasileiro são o Telecentros voltados para públicos diversificados e as escolas públicas do ensino básico, preferencialmente das áreas urbanizadas. Somente ao final do período analisado o acesso individual surge como foco de políticas nacionais. (MEDEIROS, 2010)

A oferta de linha de crédito existe em ambos os países e na Argentina sua abrangência é ampla. O programa *Argentina Digital* (2000) visa a aquisição de



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

computador, impressora e acesso à *internet* para grupos de baixa renda. Sua implementação foi interrompida pela crise econômica em 2001 e a burocracia dos bancos que a limitaram, fato que passa a exigir novos arranjos e definições para sua execução (IBÁÑEZ *et al*, 2002). No Brasil os Programas *Computadores para Todos* (2005) e *Computador portátil para professores* (2008) também ofertam linha de crédito para aquisição de computador fixo e móvel, respectivamente. O primeiro programa juntamente com a *Lei do Bem* (2009) pode ter influenciado a aquisição desse equipamento e influenciado no *boom* das *Lan Houses* que são locais de grande acesso, uso e promoção da inclusão digital no Brasil (MEDEIROS, 2010).

As peculiaridades observadas são os Programas *Computador para Inclusão* (2004) do Brasil e o *Informatización de las Bibliotecas Populares* (1998) e a *Iniciativas Sociedad de la Información Sin Barreiras* (2000) da Argentina. Em que o primeiro programa se volta para a reutilização de computador fixo da administração pública e privada na formação de quadros para atuarem na informática básica e até 2009 haviam 4 unidades em atividade no país. (MEDEIROS, 2010) O segundo programa oferta estrutura lógica e física para as várias bibliotecas populares espalhadas no território argentino. O terceiro em suas ações previstas está a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência física no uso das TICs e principalmente da *internet* envolvendo novos atores e setores nos usos *online*. No Brasil não se verificou nenhuma política voltada para as bibliotecas públicas nacionais ou populares como um local de acesso, uso e apropriação de *internet* ou com a oferta de infraestrutura lógica e física para o cidadão.

Os dados de acesso à *internet* demonstram que até 2008 no Brasil há assimetria entre o foco de atuação e público-alvo nas políticas que priorizava o fomento de Telecentro que na prática vem sendo pouco utilizado por sua população alvo e recorrem ao centro de acesso pago - chamado de *Lan House*. Fato é “*quem tem menos, mais precisa pagar*” (MEDEIROS, 2010: 140) o que torna esse uso limitado e adaptado, com altos custos e as políticas telecentristas voltadas para cidadãos de baixa renda não alcançam o público eleito. O acesso a centro públicos estavam abaixo de 10% em 2008 e apenas em 2010 o acesso da *internet* domiciliar ultrapassou o acesso realizado em *Lan Houses* (CETIC.BR, 2010). Até final de 2010 não há segundo MEDEIROS (2010) uma política pública digital única e que integre as existentes no Brasil.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Notamos uma alternância nas ações e políticas nacionais nos dois países, que em alguns casos, ocorrem em um lugar primeiro e no intervalo curto depois no outro. Como, por exemplo, no Programa *Um computador por aluno* que no Brasil inicia em 2007 e na Argentina 2009. Entretanto na adoção do Modelo Telecentrista, como uma política nacional, são implantados em ambos os países em 2001. As características do Modelo Telecentrista brasileiro são os espaços de acesso à *internet*, dotados de projetos políticos pedagógicos com prestação de serviços e gerenciamento feito pela comunidade local (MEDEIROS, 2010).

A *brecha digital* na América Latina e Caribe frente o plano mundial foi reduzida com os investimentos realizados para expansão do acesso e o uso da *internet* e do telefone móvel nos últimos anos em relação aos países desenvolvidos (AMÉZQUITA, 2009).

DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

Se pensarmos que as tecnologias são inerentes a todos os processos de desenvolvimento e tem significado, ao longo da história da humanidade, a potencialização das capacidades globalmente existentes. Nos leva ao fato de que o desenvolvimento constitui da ampliação progressiva das capacidades humanas envolvendo, o conhecimento e a informação, as TICs são uma via para a promoção e a difusão em larga escala. Por assim dizer, na atualidade as TICs contém os principais aspectos da vida humana e, portanto, seu uso pode ser considerado um direito a ser acessado pelo cidadão.

Abordamos neste trabalho duas sociedades latinas que dentro da região estão no bloco líder e que durante a primeira década dos anos 2000 alcançaram expressivas mudanças em sua infraestrutura com a ampliação dos serviços e acessos às tecnologias digitais, assim, minimizaram a brecha digital doméstica e regional.

Entretanto, as novas tecnologias apresentam uma contradição que é a constante e acelerada atualização tecnológica e a maioria da população mundial está fora desse processo que requer renda para acompanhar o desenvolvimento quase instantâneo de inovações de armazenagem, compilação de dados, ferramentas e equipamentos (MEDEIROS, 2010).

Explanamos as 31 políticas de inclusão digital nas quais 22 são brasileiras e 9 são argentinas do período de 1993 a 2010. Compete investigação sobre os impactos



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

sociais das políticas de inclusão digital com destaque para as da Educação que promovam o letramento digital, apropriação e uso das TICs no espaço escolar nos respectivos países.

Corroboramos com programas que visem a *“inclusão digital e educação, inclusão digital e conteúdo, inclusão digital e recurso humano”* como prioridades junto com a banda larga e computadores para todos (COELHO NEVES, 2010). Necessário que as políticas compreendam, desde a formulação à sua implementação, um maior tempo para que provoquem e impactem na inclusão digital. Em especial as do *Modelo Telecentrista* (NETO e MIRANDA, 2010) com implementação de uma gestão de processos, avaliação e controle de políticas públicas em andamento.

Por fim, a comparação entre as políticas nacionais de inclusão digital dos dois países em análise permite dizer que o público-alvo e o foco de atuação são distintos. O que torna a hipótese exploratória refutada com a predominância de diferenças de e na implantação de políticas públicas de inclusão digital entre o Brasil e a Argentina.



REFERÊNCIAS

ALENCAR, Anderson. A infoinclusão e as estatísticas para a América Latina. In: GODOTTI, M. *et al* (Org.); Paulo Freire. Contribuciones para la pedagogía. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacionvirtual/20100720033>>. Acesso em: 30/01/14.

ALVES, Daniela A. Inclusão digital de jovens na microrregião de Viçosa/Minas Gerais: Dimensões políticas e subjetivas. 34º ANPOCS, Caxambu/MG, 2010.

ALVES, Daniela A. Inclusão digital de jovens na microrregião de Viçosa/Minas Gerais: dimensões políticas e subjetivas. Revista Liinc, vol. 8, nº 1, 2012. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/470>>. Acesso em: 21/05/14.

ARGENTINA, Conectar Igualdad. Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES), 2014. Disponível em: <<http://www.conectarigualdad.gob.ar/>>. Acesso em: 25/05/14.

AMÉZQUITA, Constance. Panorama de la Sociedad de la Información em América Latina e Caribe (2000-2007). Rev. Fac. Cienc. Econ., Vol. XVII (2), 2009, 151-170. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=90913042008>>. Acesso em: 21/05/2014.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ciencia, Tecnología e Innovación em América Latina y el Caribe: Un compendio estadístico de indicadores. New York Ave, Washington, D.C. 2010. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/es/ciencia-tecnologia-e-innovacion-en-america-latina-y-el-caribe-un-compendio-estadistico-de>> Acesso em: 30/03/14.

BUZATO, Marcelo El K. Inclusão digital como invenção do cotidiano: um estudo de caso. Revista Brasileira de Educação. Campinas, v.13, n. 38, Maio/Ago, 2008.

CALLON, Michel. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. O papel das redes sociotécnicas. In: PARENTE, André. Tramas da Rede. Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CASABURI *et al*. .Com.Ar: La Revolución de las Tecnologías de la Informática y la Comunicación em Argentina. 2000. Disponível em: <<http://www.princecooke.com/cicomra.pdf>>. Acesso em: 30/05/14.

CASTELLS, Manuel. A Galáxia *Internet*. Reflexões sobre *Internet*, Negócios e Sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CAZELOTO, Edilson. *Inclusão digital: uma visão crítica*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

CAZUZA. *Vida louca vida*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oFuNgHeKgc>>. Acesso em: 01/06/2014.

Centro de estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.BR). Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Domicílio Brasil ano 2011. 2012. Disponível em: <<http://op.ceptro.br/cgi-bin/cetic/tic-domicilios-e-empresas-2011.pdf>> Acesso em: 25/05/14.

COELHO NEVES, Barbara. Análise das políticas de informação: sociedade da informação com foco na inclusão digital do global ao local. *Rev. iberoam. cienc. tecnol. soc.*, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v.5, n° 15, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S185000132010000200007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 20/06/2014.

Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL). *Estrategias nacionales para la sociedad de la información en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile, 2005. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/407-estrategias-nacionales-la-sociedad-la-informacion-america-latina-caribe>>. Acesso em: 30/04/14. <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/407-estrategias-nacionales-la-sociedad-la-informacion-america-latina-caribe>>. Acesso em: 30/04/14.

CORRÊA, Romulo. *A construção social dos programas públicos de inclusão digital*. Brasília. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2020>>. Acesso em: 25/04/14.

DURLI, Zenilde. Políticas educacionais no contexto das políticas sociais. In: HETKOWSKI, Tânia Maria. (Org). *Políticas públicas & inclusão digital*. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). *Mapa da Inclusão Digital*. NERI, Marcelo (Coord.). Rio de Janeiro, FGV, CPS, 2012. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dsp>>. Acesso em: 30/04/14.

HETKOWSKI, Tânia M. e SANTOS, Antônio J. P. *Software Livre: Políticas públicas de inclusão digital*. In: HETKOWSKI, Tânia Maria. (Org). *Políticas públicas & inclusão digital*. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

IBÁÑEZ *et al.* Informe preliminar del observatorio argentino sobre iniciativas para la difusión social de las TICs. Projeto OLISTICA, 2002. Disponível em: <<http://www.funredes.org/olistica/documentos/doc4/informe3.html#seg>>. Acesso em: 30/04/14.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LOPES, C. Exclusão digital e a política de inclusão digital no Brasil – o que temos feitos? Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, vol. IX, n. 2, mayo/ago., 2007. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/in.php/eptic/article/view/235>>. Acesso em: 30/04/14.

MATTOS, F. e CHAGAS, G. Desafios para a inclusão digital no Brasil. Revista Perspectiva em ciências da informação, v.1, jan./abr. 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141399362008000100006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30/04/14.

MEDEIROS, Marcelo. As Políticas Públicas de Inclusão Digital do Governo Lula (2003-2009): uma análise de programas e leis. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IE/Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2010. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/defesas/03-Marcelo_Medeiros.pdf>. Acesso em: 27/02/14.

NAZARENO *et al.* Tecnologias da informação e sociedade: o panorama brasileiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006, 187p. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/715>>. Acesso em: 30/01/14.

NETO, B. e MIRANDA, A. Uso da tecnologia e acesso à informação pelos usuários do programa Gesac e de ações de inclusão digital do governo brasileiro. Inc. Soc., Brasília, DF, v. 3, n. 2, p.81-96, jan./jun., 2010. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/clusao/article/view/1633>>. Acesso em: 27/03/14.

PRINCE, A. e JOLÍAS, L. Etapas de la inclusión digital en Argentina: difusión y adopción de TIC. In: THILL, E. (Org.). *Modelo social de la Agenda Digital Argentina: inclusión digital para la integración social 2003-2011*, Jefatura de Ministros, Presidencia de la Nación Argentina, 2011. Disponível em: <<https://works.bepress.com/lucasjoliass/9/>>. Acesso em: 01/02/14.

RACIONAIS Mc's. *Negro Drama*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1DybpDjuxBY>>. Acesso em: 01/06/2014.

_____ *Vida Loka Parte 2*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j_Uiw4AAJqE>. Acesso em: 01/06/2014.

SCHWBARZELMULLER, A. Inclusão Digital: Uma Abordagem Alternativa. VI CINFOM, Encontro Nacional de Ciência da Informação, 2005, Salvador/BA. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/SCHWARZELMULLER%20Inclusao%20digital%20uma%20abordagem%20alternativa.pdf>>. Acesso em: 30/04/14.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SILVA, Helena; JAMBEIRO Othon; LIMA Jussara e BRANDÃO Marco Antônio. Inclusão Digital e Educação para a Competência Informacional: uma questão de ética e cidadania. *Ciência da Informação*. Brasília, v.34, n.1, p.28-36, jan/abr, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010019652005000100004&sct=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 30/04/14.

SILVEIRA, Sérgio A. da. Inclusão Digital, Software Livre e Globalização Contra-Hegemônica. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. (Orgs). São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

SILVEIRA, Sergio A. da. Software livre: a luta pela liberdade de conhecimento. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão digital: a exclusão digital em debate. São Paulo: SENAC, São Paulo, 2006.

WOLTON, Dominique. Pensar a *Internet*. In: MARTINS, F. M. & SILVA, J. M. (Orgs). *A Genealogia do Virtual – comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3117>>. Acesso em: 30/04/14.